

## **O uso de memórias dos jornalistas para recompor rotinas produtivas: o desafio de um método<sup>1</sup>**

Elza Aparecida de Oliveira Filha<sup>2</sup>

Doutoranda da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, professora do Centro Universitário Positivo (UnicenP) e da Universidade Tuiuti do Paraná.

### **Resumo**

O presente artigo discute a possibilidade de utilização de depoimentos de jornalistas para recompor rotinas produtivas no interior de redações. Na busca por um método complementar para elucidar critérios de noticiabilidade, ou verificar as condições de trabalho nas empresas jornalísticas – ao lado da observação participante e da análise de conteúdo de produtos noticiosos, entre outros – o debate que aqui se processa parte de premissas teóricas a respeito dos mecanismos da memória para alcançar formulações que cerquem o uso de entrevistas com os cuidados necessários para garantir sua cientificidade. Isso porque a dinâmica intensa do trabalho dos jornalistas, sempre pressionada pelo tempo, aliada ao baixo nível de reflexão que caracteriza o desempenho profissional, faz com que o ato de lembrar, para este grupo profissional, tenha significados específicos. O texto trata também da importância do jornalismo na constituição da memória social, reconhecendo que a atividade atual da mídia passa, no geral, ao largo desta preocupação por tratar todos os assuntos de maneira descontextualizada, inibindo até mesmo a concepção de futuro.

### **Palavras – chave:**

Jornalismo; memória; rotinas produtivas; metodologia.

### **1 – Reflexões sobre memória**

As indagações a respeito da memória estão presentes em textos de inúmeros pensadores, ligados a diversos ramos científicos, ao longo de quase toda a história. Estes estudos representam uma das oportunidades mais propícias aos avanços das pesquisas a respeito da relação corpo e mente, pelas implicações de causas físicas,

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao NP 02 – Jornalismo – do V Encontro de Grupos de Pesquisa da Intercom

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), professora dos cursos de jornalismo da Universidade Tuiuti do Paraná, do Centro Universitário Positivo (UnicenP) e Faculdades do Brasil, em Curitiba. Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná em 2002. Formada em Jornalismo pela UFPR em 1976 atuou durante mais de 20 anos em jornais diários (O Estado do Paraná, Indústria e Comércio, Folha de Londrina, O Estado de São Paulo e O Globo). Email: elzaap@hotmail.com.

emocionais e sentimentais envolvidas. A neurociência e a psiquiatria moderna se esforçam para superar a dicotomia cartesiana que pretendia apontar o corpo e a mente como entidades separadas. A década de 1990, conhecida como a ‘década do cérebro’, foi marcada por importantes descobertas que ajudaram a decifrar os mecanismos de operação do mais complexo órgão do corpo humano. As questões acerca da memória estiveram (e estão) permanentemente presentes, pois ela está vinculada à aprendizagem e à cognição, bem como às emoções e aos sentimentos.

Quais acontecimentos as pessoas guardam na memória? De que maneira e, especialmente, por que são selecionados determinados fatos, momentos ou palavras preservando-os do esquecimento? Como justificar que, muitas vezes, são esquecidas coisas importantes e as pessoas são capazes de refazer detalhes aparentemente insignificantes e desnecessários? Como são armazenados os sentimentos e as emoções e que transformações sofrem ao longo do tempo?

Pierre Nora define memória como *vida* e diz que ela é sempre carregada por grupos vivos. “Nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações” (Nora, 1993:9). Diferentemente da história, que está voltada para as continuidades temporais e as relações entre as coisas, a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto.

O presente texto defende que é possível recorrer aos relatos mneumônicos para recompor rotinas produtivas e buscar o esclarecimento, por meio de avaliações desenvolvidas pelos participantes, das razões capazes de justificar decisões adotadas nos vários ambientes de interação social, em especial os de trabalho. No caso específico de redações de empresas noticiosas, o uso de entrevistas para elucidar, por exemplo, critérios de noticiabilidade definidos na cobertura de determinado acontecimento (seja ele um evento único e inesperado como um acidente, ou uma cobertura prevista e de duração mais longa como uma campanha eleitoral) pode ser valioso, mas certamente necessitará alguns cuidados. Jornalistas são profissionais que lidam com o tempo de uma maneira especial, pois seu trabalho está permanentemente pressionado pela necessidade de atualização. Em um ambiente no qual desenvolvem

uma *relação fetichista* com o tempo, na definição de Schlesinger, os jornalistas são profissionais de ação e velocidade.<sup>3</sup> Como quase todos os dias estão envolvidos na cobertura de um acontecimento diferente, alterando cenários, personagens e situações, os jornalistas, como se verá à frente, pouco se dedicam à atividade de rememoração e de reflexão.

Durante muito tempo, acreditou-se na existência de um único sistema de memória e de aprendizado. Hoje já se conhecem muitos sistemas de memória no cérebro, cada um deles encarregado de diferentes funções. Existem variadas redes neurais mediando estas diferentes memórias, assim como emoções e sensações que provém de sistemas cerebrais diversos. “A recordação consciente é o tipo de memória a que nos referimos quando usamos o termo ‘memória’ nas conversas do dia-a-dia: lembrar é ter consciência de alguma experiência passada, e ter um problema de memória (mais uma vez dentro do senso comum) é ter alguma dificuldade com esta aptidão” (LeDoux, 1998:166).

Outra característica fundamental é o suporte dado à memória individual pela memória coletiva. Maurice Halbwachs, na década de 30 do século passado, desenvolveu uma reflexão pioneira a respeito dos quadros sociais da memória, definidos basicamente como a linguagem, o tempo e o espaço.

Nosso passado compreende duas espécies de elementos: aqueles que nos é possível evocar quando queremos; e aqueles que, ao contrário, não atendem ao nosso apelo, se bem que, logo que os procuramos no passado, parece que nossa vontade tropeça num obstáculo (...) os acontecimentos de nossa vida que estão sempre mais presentes são também os mais gravados na memória dos grupos mais chegados a nós. Assim, os fatos e as noções que temos mais facilidade em lembrar são os de domínio comum (...) Por mais estranho e paradoxal que isso possa parecer, as lembranças que nos são mais difíceis de evocar são aquelas que não concernem a não ser a nós, que constituem nosso bem mais exclusivo (Halbwachs, 1990:48-49).

---

<sup>3</sup> Com base em uma pesquisa que o levou a observar, diretamente nas redações da BBC de Londres, o trabalho diário dos profissionais, o autor aponta conclusões que podem ser estendidas aos jornalistas de outros veículos, sobretudo os diários. “A consciência aguda da passagem do tempo invade os próprios detalhes do trabalho do jornalista de radiodifusão. A linguagem do jornalista fornece distinções conceituais relativamente ao tempo, o que mostra a importância da dimensão temporal no seu trabalho (...). Para os jornalistas, o domínio da pressão temporal é um meio de manifestar seu profissionalismo” (Schlesinger, 1999: 177) Ao serem perguntados por Tunstall (1971) a respeito da coisa mais importante que tinham aprendido em seu primeiro ano de trabalho como jornalistas, a opção mais indicada pelos 200 profissionais entrevistados foi “trabalhar com prazo”.

A vivência individual é a fonte primeira da memória, mas a interiorização e retenção dos dados têm a ver com uma rede de significações sociais. Nesse sentido, Halbwachs fala de uma combinação de influências de natureza social que explica a diversidade de registros nas memórias particulares, mutáveis em função dos lugares que o indivíduo ocupa no grupo e das relações que estabelece com outros grupos sociais, como a família, a escola, a igreja, a profissão.

Marilena Chauí, no texto de apresentação do livro de Ecléa Bosi, *Memória e Sociedade*, constata: “Descrivendo a substância social da memória – a matéria lembrada – você nos mostra que o modo de lembrar é individual tanto quanto social: o grupo transmite, retém e reforça as lembranças, mas o recordador, ao trabalhá-las, vai paulatinamente individualizando a memória comunitária e, no que lembra e no como lembra, faz com que fique o que signifique. O tempo da memória é social, não só porque é o calendário do trabalho e da festa, do evento político e do fato insólito, mas também porque repercute no ato de lembrar” (Chauí, in Bosi, 1994:31)

Para Ecléa Bosi, a construção social da memória está ligada ao trabalho conjunto do grupo, que tende a criar esquemas coerentes de narração e interpretação dos fatos, “verdadeiros ‘universos de discurso’, ‘universos de significado’, que dão ao material de base uma forma histórica própria, uma versão consagrada dos acontecimentos. O ponto de vista do grupo constrói e procura fixar a sua imagem para a história. Este é, como se pode supor, o momento áureo da ideologia com todos os seus estereótipos e mitos” (Bosi, 1994:67).

A emoção é um dado central no ato de lembrar. As pessoas, de acordo com Breuer, lembram melhor de uma história dramática do que de uma cena cotidiana, pois o medo cimenta um acontecimento na memória. A adrenalina tem importância neste processo: as glândulas supra-renais secretam mais desse hormônio em momentos de agitação. A adrenalina adicional eleva o desempenho da memória porque ativa de forma indireta a amígdala. “Essa estrutura cerebral do sistema límbico, por sua vez, dota a experiência que vivemos de um selo emocional, ficando-a, assim, de modo ainda mais firme na memória” (Breuer, 2004:83) A cada rememoração do fato traumático, novo jorro de adrenalina e maior fixação na memória.

Montenegro usa as classificações de *memória voluntária* e *memória involuntária*. No primeiro caso, as lembranças podem ser evocadas por estímulos que fazem narrar fragmentos do passado. A memória involuntária, entretanto, está sempre associada, interferindo com recordações aparentemente “fora do contexto”, ou então retendo informações que a pessoa tenta acessar, mas não consegue.

Os variados sistemas que compõem a memória, entendida como bem mais ampla do que a recordação consciente, são parcialmente independentes. Mazzoni explica que entre os principais sistemas estão a *memória semântica*, de longa duração que contém informações relativas aos fatos e conceitos, e a *memória episódica*, também de longo prazo, e onde estão contidos dados sobre eventos singulares, o local e o momento em que aconteceram. “Estes sistemas são permeáveis entre si: os conteúdos e processos de uns informam os conteúdos e processos dos outros” (Mazzoni, 2005:80). No momento da recordação, os dados mais recentes da memória são os mais facilmente ativados. A recuperação dos elementos retidos está articulada a uma série complexa de processos entre os quais estão a atenção e a percepção, cujo papel é muito importante e determina quais informações são codificadas de modo fragmentário e distribuídas em várias áreas do cérebro.

LeDoux trabalha com as designações *memória assertiva*, explícita ou consciente e *memória emocional*, implícita ou inconsciente, esta última quase sempre condicionada pelo medo. Os estudos indicam ainda a existência de uma memória de curto prazo, chamada *memória de trabalho*: trata-se de um mecanismo de armazenagem temporária que permite a manutenção, na mente, de diversos trechos de informação ao mesmo tempo, que podem ser comparados, contrastados ou inter-relacionados. Esta memória de curto prazo pressupõe um processamento ativo usado no pensamento e no raciocínio. A memória de trabalho, evidentemente, depende da memória de longo prazo, daquilo que o cérebro tem armazenado e das informações que podem ser acionadas nas mais diversas situações.

Muitos psicólogos acreditam que as memórias são armazenadas em redes associativas, estruturas cognitivas nas quais os diversos componentes da memória são representados separadamente e encadeados. Para que a memória surja na consciência, a rede associativa precisa alcançar um certo nível de ativação, que ocorre em função do número de componentes da memória que são ativados e do peso de cada

componente ativado. Os aspectos fundamentais da memória terão um peso maior do que as coisas menos importantes (LeDoux, 1998:194).

As memórias explícitas estão diretamente relacionadas com o foco de atenção durante a experiência, ao mesmo tempo em que as memórias emocionais implícitas podem captar aspectos que escapam à consciência. O trabalho de organização desenvolvido na memória de cada pessoa, definindo o que ela grava ou exclui, tem, assim, relação com as preocupações do momento em que se estrutura. “A memória também sofre flutuações que são funções do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa” (Pollak, 1992:204). Por isso a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, individual e coletiva.

Por outro lado, é importante perceber que lembrar não é reviver, mas reconstruir, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. Por mais clara que seja a lembrança, por mais detalhes sensoriais que carregue – podendo incluir odores, sons e emoções – os fatos antigos não são revividos em sua plenitude porque as pessoas sofrem mudanças ao longo da vida. Esta é uma certeza comum a praticamente todos os estudiosos da memória. O sociólogo Halbwachs (1990:71) sustenta: “A lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada”. Com isso concorda o neuropsiquiatra LeDoux (1998:192): “Memórias explícitas, independentemente de suas implicações emocionais, não são cópias carbono das experiências que as produziram. São reconstruções do momento da lembrança e a condição do cérebro pode influenciar a maneira como a memória pode ser ativada”. E ainda o psicólogo Hans Markowitsch (2006:52-53): “Lembrar é fundamentalmente reconstruir. O cérebro não é um computador de cujo disco rígido se pode resgatar com precisão o que foi armazenado. As lembranças são sempre relacionadas e integradas a informações preexistentes, retrabalhadas com base nelas. Normalmente isso se dá sem problemas, ou seja, a lembrança permanece coerente com o que foi vivido de fato”.

Estas reconstruções do passado, completa LeGoff (1992) de acordo com Barbosa, são também instrumentos e objeto de poder. “As práticas mnemônicas da

contemporaneidade (como, aliás, toda e qualquer prática mnemônica) espelham lutas e negociações pelo domínio da recordação e do passado (...) Se, por um lado, a memória pode servir como instrumento de resistência e de resgate de grupos oprimidos e subalternos, por outro, pode esconder mobilizações míticas do passado, apoiadoras de práticas de dominação e exclusão no interior das instituições e fora delas” (Barbosa, 2005: 6-7).

Outro aspecto sempre presente nos estudos sobre a memória é o fato de operar sem cronologia, em um percurso desconexo por variados estágios do passado que, em questão de segundos, podem se distanciar em largos períodos de tempo.

O tempo da memória é o tempo da experiência de um período de vida, de atividade profissional, política, religiosa, cultural, afetiva... que nos arrebatam e condiciona quase que inteiramente, nos fazendo perceber e reconstruir a realidade de uma maneira determinada. Realizar uma entrevista é sobretudo uma tentativa de visitar com o entrevistado estes territórios diversos, que se relacionam e se comunicam através de uma lógica para nós desconhecida (Montenegro, 1992:60).

Uma pergunta reiteradamente repetida entre os pesquisadores que trabalham com depoimentos de informantes é a veracidade das recordações descritas já que a memória não diferencia as lembranças ‘verdadeiras’ das ‘falsas’ – ou melhor, daquelas que foram acrescidas de novos dados, nem sempre comprováveis historicamente. Estabelecida a impossibilidade de reviver o passado tal e qual aconteceu, Bosi diz que todo o sujeito que lembra tem esta impossibilidade em comum com o historiador. “Para este também se coloca a meta ideal de refazer, no discurso presente, os acontecimentos pretéritos, o que, a rigor, exigiria se tirassem dos túmulos todos os que agiram ou testemunharam os fatos a serem evocados. Posto o limite fatal que o tempo impõe ao historiador, não lhe resta senão *reconstruir*, no que lhe for possível, a fisionomia dos acontecimentos” (Bosi, 1994:59). Talvez seja possível acrescentar que, mesmo ressuscitando os mortos, o passado não seria recuperado já que estaria baseado nas memórias dos protagonistas, todas repletas de reelaborações.

São comuns os relatos de memórias coletivas, especialmente as de cunho traumático, que apresentam aspectos adicionados pelas pessoas que vivenciaram o fato e que, efetivamente, não ocorreram. Welzer defende a idéia de que é razoável

que os indivíduos não sejam capazes, conscientemente, de diferenciar as memórias verdadeiras das falsas, pois sua finalidade é mais vinculada ao presente do que propriamente ao passado. Em especial a memória autobiográfica – que é uma característica própria do homem e opera de forma autooética, isto é, a pessoa tem a capacidade de se lembrar e a consciência de que lembra – sofre interferências de outras fontes para contribuir na avaliação do presente. “Como todos os demais sistemas de memória, a memória autobiográfica visa o trato com o presente. Há assim um mal-entendido na base da indignação motivada pelo fato de que as pessoas muitas vezes não se lembram ‘corretamente’ das coisas: o de que história e memória estariam diretamente ligadas. Não é bem assim. A memória é oportunista: acolhe o que lhe serve e descarta o que lhe parece supérfluo ou descartável” (Welzer, 2006:49).

O autor explica que cada evocação de uma lembrança tem por consequência seu novo armazenamento e é arquivado também o contexto de cada situação rememorativa, o que faz com que a lembrança original seja enriquecida de novas nuances, corrigida ou centrada em determinados aspectos, podendo mesmo ser reescrita. “Assim sendo, todo aquele que conversa sobre experiências com outros participantes desses mesmos acontecimentos terá sua visão retrospectiva fortemente influenciada por seus interlocutores” (Welzar, 2006:46). Além disso, é preciso reconhecer que muitas das lembranças, ou mesmo idéias, expressadas pelas pessoas não são originais: foram inspiradas nas conversas com os outros.

Com o correr do tempo, elas passam a ter uma *história* dentro da gente, acompanham nossa vida e são enriquecidas por experiências e embates. Parecem tão nossas que ficaríamos surpresos se nos dissessem o ponto exato de entrada em nossa vida. Elas foram formuladas por outrem, e nós, simplesmente, as incorporamos ao nosso cabedal. Na maioria dos casos creio eu este não seja um processo consciente (Bosi, 1994:407).

Embora o conhecimento neurológico já seja capaz de detalhar bem melhor a localização dos sistemas de memória, grosso modo é possível dizer que o hemisfério esquerdo do cérebro é responsável pela memória factual ou semântica. Nele são armazenados conhecimentos como o fato de Paris ser a capital da França ou como são feitas as quatro operações aritméticas básicas. O hemisfério direito armazena a

memória autobiográfica ou episódica, associada aos sentimentos. Tudo o que vai para a memória autobiográfica passa antes pelo crivo da memória factual.

## **2- Jornalismo e memória: o trato com o presente**

A finalidade da memória, como explicou Welzar pouco acima, está mais vinculada ao presente do que propriamente ao passado: o ato de recordar, com base em seus mecanismos mais elementares, é destinado a evitar a repetição de erros, orientando as reações no presente. Este sentido de ‘orientação’ do homem e da sociedade no mundo real é muitas vezes descrito como uma das funções do jornalismo. “Sem memória não há futuro e o que não se recorda está condenado à repetição”, diz Martin-Barbero (2002:4) no texto *Meios: esquecimentos e desmemórias*, no qual discute o papel dos meios de comunicação nos processos de recordação das sociedades atuais. A exemplo do autor, muitos outros pesquisadores do jornalismo apontam o caráter de imediatismo presente na produção da notícia como um obstáculo para a elaboração do passado, especialmente com o advento das novas tecnologias que instituíram a ‘informação em tempo real’:

O ritmo veloz da produção gera ainda outras conseqüências importantes: obriga o repórter a divulgar informações sobre as quais não tem certeza; reduz, quando não anula, a possibilidade de reflexão no processo de produção da notícia, o que não apenas aumenta a probabilidade de erro como, principalmente e mais grave, limita a possibilidade de matérias com ângulos diferenciados de abordagem, capazes de provocar questionamentos no leitor; e, talvez mais importante, praticamente impossibilita a ampliação do repertório de fontes, que poderia proporcionar esta diversidade (Moretzsohn, 2002:70).

É importante perceber o efeito social do trabalho simbólico de uma profissão que não recorda o passado como possibilidade de elaboração – e superação de erros – mesmo estando permanentemente lidando com o tempo e com a produção de acontecimentos. Para Martin-Barbero, os meios de comunicação constroem um presente *autista*, que crê poder bastar-se a si mesmo. Esta colocação remete ao neologismo *tautismo*, cunhado por Sfez numa contração de ‘tautologia’ (o “repto, logo provo” tão atuante na mídia) e ‘autismo’ (o sistema de comunicação torna-se surdo-mudo, isolado dos outros, quase autista): “neologismo que evoca um objetivo totalizante, na verdade totalitário (o visgo que me cola à tela, realidade da cultura

telística, realidade sempre mediada, ao mesmo tempo que exibida como realidade primeira). Em outras palavras, passo a tomar a realidade *representada* como realidade diretamente *expressa*, confusão primordial e fonte de todo delírio” (Sfez, 1994:13).

Também concordando com outros pensadores – por exemplo, Bourdieu (1997:140) que fala de uma visão des-historicizada e des-historicizante difundida pelos meios de comunicação, em especial a televisão –, Martin-Barbero sustenta que a mídia contribui para um debilitamento da consciência histórica, pois sempre se refere ao passado e à história de maneira descontextualizada, como uma mera citação destinada a colorir o presente:

O passado deixa de ser então *parte da memória*, da história e se converte em ingrediente do *pastiche*, esta operação que nos permite mesclar os fatos, as sensibilidades e estilos, os textos de qualquer época sem a menor articulação com os contextos e movimentos de fundo dessa época. E um passado assim não pode iluminar o presente, nem relativizá-lo já que não nos permite tomar distância do que estamos vivendo no imediato (...) Os meios estão assim reforçando – não criando, pois os meios só catalisam, reforçam e alargam as tendências que vêm dos movimentos do social – a sensação pós-moderna da morte das ideologias e das utopias, porque ambas estão ligadas a uma outra temporalidade mais larga, que hoje está desfeita com a perda daquela relação com o passado que nos proporciona a consciência histórica (Martin-Barbero, 2002:1-2)<sup>4</sup>.

A atualidade mostrada pelos meios de comunicação como um *presente contínuo*, implica na ausência de futuro, pois os acontecimentos surgem sem qualquer relação entre si e na busca constante do superlativo: o maior, o que envolve mais pessoas. A informação vira um espetáculo, no qual não há espaço para a investigação, a análise ou a documentação<sup>5</sup>. Hobsbawm usa a mesma expressão (presente contínuo) para falar da vida da juventude, embora não atribuía explicitamente a responsabilidade desta situação aos meios de comunicação de massa:

A destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem (Hobsbawm, 1995:13).

---

<sup>4</sup> Tradução da autora.

<sup>5</sup> Barbosa, citando Andréas Huyssen, diz que a própria memória se espetaculariza e se torna objeto da sociedade de consumo. “Dizer que as práticas mnemônicas da contemporaneidade são marcadas pela mercadorização e espetacularização não significa, no entanto, que inevitavelmente se banalize o passado” (Ribeiro e Barbosa, 2004:4)

Passado, presente e futuro se mesclam no fazer jornalístico sem que a maior parte dos protagonistas da atividade, os jornalistas, tenha consciência disso e consiga perceber a importância potencial da profissão em qualquer processo de transformação social. “E sem um mínimo horizonte de futuro não há possibilidade de pensar mudanças, fazendo então com que a sociedade patine sobre uma sensação de sem-saída” (Martin-Barbero, 2002:2). Para ele, esta realidade conduz a uma regressão por meio da qual a sociedade tende a voltar ao *tempo dos mitos*, o que explicaria o “retorno das religiões, dos orientalismos da nova era e dos fundamentalismos de toda laia”.

A falta de memória do jornalismo faz com que a atualidade dure cada vez menos e que todos os acontecimentos tenham igual valor nos noticiários: não importa se é um massacre de camponeses ou um vestido que um estilista famoso fez para a rainha, todos os assuntos ganham uma narrativa e um ritmo equivalente. Martin-Barbero (2002:4) reconhece que sua crítica deve ser matizada e que se destina muito mais aos noticiários de televisão, pois existem alguns jornais que tentam oferecer uma informação melhor contextualizada. Mas, especialmente os meios audiovisuais, produzem uma temporalidade “que os converte em dispositivos de apagamento da memória, portanto de desinformação. E como ser cidadão hoje sem informação?”

Nesta indagação se coloca uma série de questões para compreender as inter-relações entre imprensa em poder. “Afim, ao ser portadora de um discurso válido que pode ser transformado em documento para o futuro, a mídia se configura como um dos senhores da memória da sociedade” (Barbosa, 2004:1). Este relato, no entanto, não tem uma estrutura organizada e todos os teóricos do jornalismo concordam que a imprensa joga para o leitor um amontoado de fatos desconexos sem qualquer lógica interna. Ao escolher os acontecimentos que serão transformados em notícia, os jornalistas operam uma seleção, com base em critérios de noticiabilidade, que muito se distancia da realidade efetiva. Esta construção dos acontecimentos obedece a parâmetros de natureza ideológica e tem relações com o poder:

Ao selecionar o fato, transportando-o do lugar de normalidade para o de anormalidade, transformando-o em acontecimento, e ao escolher a forma da narrativa, o jornalista está constituindo o próprio acontecimento e criando a memória da atualidade. Uma memória que obedece a critérios subjetivos e engendra a questão

do poder. Assim, ao selecionar o que deve ser notícia e o que vai ser esquecido, ao valorizar elementos em detrimento de outros, a mídia reconstrói o presente de maneira seletiva, construindo hoje a história desse presente e fixando para o futuro o que deve ser lembrado e o que precisa ser esquecido (Barbosa, 2004: 4).

A capacidade de construir sentidos sobre o presente e o passado é uma das características que o jornalismo mais valoriza nele próprio, a despeito do fato de que sua efetivação prática esteja longe de ser satisfatória. Se a narrativa jornalística é marcada pela instantaneidade, acrescenta a autora, “é preciso, também, criar mecanismos que eliminem o déficit existente em relação à alteridade temporal” (Barbosa, 2005:7). Para isso, o jornalismo utiliza marcos comemorativos com objetivo de atualizar o passado. Estas pautas, que marcam celebrações de algum acontecimento – um ano de governo, seis meses da enchente que destruiu a cidade – são chamadas de *peg* (cabides) e acionadas pelos produtores de notícias de maneira freqüente.

### **3 – Memórias de profissionais e seu uso científico**

Uma indagação pertinente, em se tratando de memórias de jornalistas: o que significa recordar para um trabalho que somente se expressa no presente; presente este quase sempre por ele construído? O que significa para um jornalista lembrar depois? Embora seja uma atividade profissional extremamente vinculada ao presente, o jornalismo, como se viu, também necessita da memória para construir as conexões entre os acontecimentos e conseguir dar ao leitor um quadro de causas e conseqüências.

Diana Andringa no artigo *Jornalismo, memória e amnésia*, abordou as dificuldades enfrentadas pelos jornais portugueses com o crescente processo de rejuvenescimento das redações e a falta dos antigos profissionais, capazes de ajudar a fazer a reconstrução de um acontecimento. Ela citou o depoimento da jovem jornalista Isabel Lucas lembrando, que quando começou a trabalhar, sempre que recebia uma pauta, vinha junto a indicação de um jornalista que conhecia o assunto: “...em poucos minutos eu tinha o *background* da minha história e a informação mínima para poder levantar dúvidas e questionar os interlocutores que iria enfrentar. O resto da pesquisa seria comigo, mas, entretanto, conseguira o suficiente para não

me sentir tão perdida acerca de um assunto sobre o qual não tinha memória. Eu não. Mas a redacção tinha. E isso dava segurança” (Andringa, 2005: 219).

Em uma pesquisa com 200 jornalistas de 23 organizações de notícias da Inglaterra, em 1968, Tunstall (1971:231) já identificava a importância da “memória do grupo”. Seu estudo apontou a existência de um intercâmbio entre colegas, muitas vezes para suprir a falta de referência a fontes mais clássicas de pesquisa, como os livros. “Numa ocupação [o jornalismo] que desenvolveu procedimentos de pesquisa fracos, um tipo comum é a consulta à memória dos colegas/competidores”.<sup>6</sup>

Além dos recursos às memórias de jornalistas mais antigos com objetivo de amparar os trabalhos de apuração, ao pensar em uma redacção de jornal é possível prever que existam memórias coletivas sobre determinados eventos marcantes, mas que cada profissional jornalista fará relatos diferenciados de acordo com o que ficou retido em função de suas experiências particulares e de suas reelaborações sobre o vivido: “Assim, cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva e esse ponto de vista muda conforme o lugar que o indivíduo ocupa no grupo e conforme as relações que mantém com outros meios sociais” (Bonin, 2003:3). A autora fala em *marcas de memória* para identificar os elementos retidos e reelaborados pelo grupo e por seus membros.

A questão do papel do informante ou, no caso, a função desempenhada na redacção, é outro fator a considerar nos depoimentos colhidos de jornalistas para trabalhos científicos, pois certamente repórteres, editores e diretores de redacção, por exemplo, guardam marcas de memória, fazem interpretações e releituras dos acontecimentos de acordo com o cargo hierárquico que ocupam e com as necessidades de justificarem as decisões tomadas. Nesse sentido, talvez possa ser usado o conceito de *verstehen*, definido como “uma compreensão do significado que as pessoas atribuem às suas atividades e sua atuação social” (Jensen e Jankowski, 1993:58), pois os indivíduos atuam de acordo com os significados que conferem a si mesmos e aos outros.

Todos os ensinamentos a respeito da memória aconselham um intenso cuidado ao transformar entrevistas de carácter autobiográfico em dados empíricos com

---

<sup>6</sup> Tradução da autora.

pretensão de adquirirem valor científico. Na pesquisa bibliográfica feita para o presente texto, não se conseguiu localizar nenhum estudo sobre rotinas produtivas no jornalismo brasileiro feito especialmente com base em entrevistas – embora em muitos casos, opiniões coletadas junto a profissionais estejam acopladas a análises de produtos jornalísticos ou relatórios baseados na técnica de observação participante.

Na tentativa de evitar riscos advindos da utilização de elementos “falseados” involuntariamente pela memória dos profissionais – e reconhecendo a possibilidade da existência de alterações propositais em facetas dos relatos como mecanismos de defesa ou de autopromoção dos informantes – é importante cercar o conjunto de dados utilizados de algumas precauções. A primeira delas é ditada por uma “norma” corriqueira do procedimento que busca a chamada objetividade jornalística: a contrastação de fontes. Assim, é necessário ouvir o maior número possível de profissionais envolvidos no trabalho de cobertura que esteja sendo estudado, no sentido de confrontar os depoimentos em busca de dados concretos, despidos de avaliações condicionadas por mecanismos subjetivos. Este cruzamento de entrevistas deve incluir, na medida do possível, profissionais de estamentos diferenciados dentro das redações: repórteres, fotógrafos, editores, coordenadores, chefes e diretores.

Outro mecanismo capaz de garantir maior cientificidade é o uso de documentos, como a exibição de textos e imagens publicados, para ajudar a promover afloramentos de memória dos depoentes, em especial se houver decorrido um espaço de tempo entre o acontecimento e a entrevista. Como já foi mencionado, os jornalistas trabalham com diferentes eventos continuamente e, mesmo os profissionais que atuam em editorias especializadas, cobrem pautas variadas quase todos os dias, com o intuito de oferecer informações ‘novas’ ao público.

A busca de uma alternativa metodológica diferenciada, promovida neste artigo, pode implicar em um caminho capaz de possibilitar novos estudos sobre o fazer jornalístico baseados prioritariamente nas percepções dos profissionais acerca de sua atividade e suas rotinas.

Uma vantagem adicional talvez seja a de promover alguma forma de reflexão por parte dos jornalistas, uma prática reconhecidamente escassa no âmbito profissional, onde a ênfase, como bem estabelece Traquina (2003:82), é na ação: “Os

jornalistas são pragmáticos; o jornalismo é uma actividade prática, continuamente confrontada com ‘horas de fecho’ e o imperativo de responder à importância atribuída ao valor do imediatismo. Não há tempo para pensar porque é preciso agir”.

O debate desta característica profissional transcende o âmbito do presente texto, mas é importante mencionar, concordando com Moretzsohn (2002) que esta falta de tempo para a reflexão leva a um “pensar por estereótipos” ou ao predomínio do “pensamento único”.

De acordo com Dalla Costa (2006:114), referenciada em Martin-Barbero, “não existem teorias, objetos ou métodos prontos. Objetos e métodos são moldados e combinados de acordo com cada realidade a ser estudada e segundo a capacidade criativa de cada pesquisador. O método não é apenas uma ferramenta com a qual se aborda um objeto, mas também um ponto de vista que impede ou possibilita que algo seja considerado objeto”. A validade científica da alternativa aqui esboçada, no entanto, deve estar calçada em um sólido aporte teórico envolvendo os aspectos que forem definidos como chaves para o percurso pretendido.

#### **4 - Referências bibliográficas**

- ANDRINGA, D. Jornalismo, Memória e Amnésia. In: MESQUITA, M (org). *Caleidoscópio: revista de comunicação e cultura*. N. 5/6. Lisboa: Edições universitárias Lusófonas, 2004/05, p. 217-224.
- BARBOSA, M e RIBEIRO, A P. G. Memória, relatos autobiográficos e identidade institucional. Trabalho apresentado ao XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – UERJ – 5 a 9 de setembro de 2005.
- BARBOSA, M. Jornalistas, senhores da memória? Trabalho apresentado ao XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – PUC-RS – 30 de agosto a 3 de setembro de 2004.
- BONIN, J. Memória familiar e recepção de telenovela. *Revista Ciberlegenda*. N.10 – maio de 2002
- BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos* – 3º ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- BOURDIEU, P. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1997.
- DALLA COSTA, R.M.C, MACHADO, R.C. e SIQUEIRA, D. *Teoria da comunicação na América Latina: da herança cultura à construção de uma identidade própria*. Curitiba: Ed UFPR, 2006.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Edições Vértice, 1990.
- HOBSBAWM, E. *A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- JENSEN K.B. e JANKOWSKI, N.W. *Metodologias cualitativas de investigación en comunicación de masas*. Barcelona: Bosch, 1993.
- LeDOUX, J. *O cérebro emocional*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1998.

- MARKOWITSCH, H. A reconstrução do passado. In: *Viver, Mente & Cérebro*, Ano XIV, n. 156, janeiro 2006, pgs. 52 a 55.
- MARTÍN-BARBERO, J. Médios: Olvidos e desmemórias. *DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação – v.3 n.3 junho 2002*. In: [www.dgz.org.br/jun02/Art\\_01.htm](http://www.dgz.org.br/jun02/Art_01.htm)
- MAZZONI, G. Crimes, testemunhas e falsas recordações. In: *Viver, Mente & Cérebro*, Ano XIII, n. 149, junho de 2005 pgs 78 a 84.
- MONTENEGRO, A T, História oral, caminhos e descaminhos. In: *Memória, História, Historiografia: Dossiê ensino de história*. Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol 13, n.25/26, setembro92/agosto93.
- MORETZSOHN, S. *Jornalismo em “tempo real” – o fetiche da velocidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2002.
- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História 10*, Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História do Departamento de História PUC/SP. São Paulo, n.10, dezembro/93.
- POLLAK, M. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol5, n.10, 1992
- SCHLESINGER, P. Os jornalistas e sua máquina do tempo. In TRAQUINA, N (org.). *Jornalismo: Questões, teorias e “estórias”*. 2º ed. Lisboa: Vega Editora, 1999.
- SFEZ, L. *Crítica da Comunicação*. São Paulo: Loyola, 1994.
- TUNSTALL, J *Journalists at Work – specialist correspondents: their news organizations, news sources, and competitor-colleagues*. London: Constable, 1971.
- WELZER, H. As guerras da memória. In: *Viver, Mente & Cérebro*, ano XIV n. 156, janeiro 2006, pg 44 a 51.